

Este texto apresenta um estudo desenvolvido junto ao grupo de jovens multiplicadores vinculados ao Programa Saúde na Escola (PSE) no município de Novo Hamburgo/RS. Trata-se de análises realizadas a partir de uma imersão exploratória no campo de pesquisa, com o objetivo de conhecer o campo de investigação e descrever as principais práticas de funcionamento do grupo. Para isso, adota-se a técnica da observação participante para acompanhar cinco reuniões do grupo, ocorridas nos meses de maio/junho de 2016.

***Eliana Gonçalves Moura
Gislaine Cristina Pereira
Sílvia Zuffo***

Sobre o programa de saúde na escola e o protagonismo juvenil

The school health program and youth leadership

ELIANA GONÇALVES MOURA*
GISLAINE CRISTINA PEREIRA**
SÍLVIA ZUFFO***

Resumo

A presente pesquisa foi desenvolvida junto ao grupo de Jovens Multiplicadores (JM) do Programa Saúde na Escola (PSE), do município de Novo Hamburgo/RS, o qual tem a finalidade de promover a saúde juvenil nos seguintes eixos: gravidez na adolescência, DST's, violências, uso de drogas e álcool. A investigação buscou aproximação do JM, e evidências de protagonismo juvenil pretendida por tal política. Por meio da técnica da observação participante, foram acompanhadas cinco reuniões ocorridas nos meses de maio e junho de 2016. As discussões, bem como os dados descritivos dos encontros, foram registradas em diário de campo. Como resultado, constata-se que o protagonismo juvenil assume outras características, e não a emancipação do indivíduo.

Palavras-chave: Juventudes. Protagonismo. Políticas públicas.

Abstract

This research was developed amongst a group of peer educators of the School Health Program in the city of Novo Hamburgo/RS, which has the goal to give youngsters support for their peculiar vulnerabilities: youth pregnancy, STDs, violence, alcohol and drug use. This investigation looked for evidence of the practice of youth leadership in that group of peer educators. The technique of participant observation was used to follow five meetings held

* Doutora em Educação; Professora do curso de Pós-Graduação em Diversidade Social e Inclusão Social na Universidade Feevale, Rio Grande do Sul; Email: elianapgm@feevale.br

** Mestre em Psicologia; Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social Universidade Feevale, RS; Email: psigislaine@gmail.com

*** Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale, RS; Email: silvia89zuffo@gmail.com

between May and June 2016. The discussions, as well as the descriptive data of the program, were recorded in the field journal. The result that was found shows that youth leadership assumes other characteristics, but it does not assume the emancipation of the individual.

Keywords: Youth. Leadership. Public policies.

Introdução

O Programa Saúde na Escola (PSE) se consubstancia através do pacto intersetorial entre os ministérios de Saúde e de Educação. O PSE foi criado com a finalidade de atender às vulnerabilidades peculiares na fase juvenil, como a gravidez na adolescência, as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), violências e uso de drogas e álcool. O objetivo do programa frente ao contexto juvenil é reduzir essa realidade alarmante no contexto social e promover qualidade de vida às juventudes. Uma das estratégias utilizadas para chegar às juventudes é a formação de grupos de jovens multiplicadores, com intuito de promover e estimular a fala entre seus pares: ou seja, jovem falando para jovem. A formação do grupo Jovens Multiplicadores se dá mediante o convite dos responsáveis pelo programa à direção nas escolas. O PSE deve acontecer nos níveis municipal, estadual e federal. As ações acontecem principalmente entre as unidades de estratégia da família, na escola e na comunidade do entorno.

Este texto apresenta um estudo desenvolvido junto ao grupo de jovens multiplicadores vinculados ao Programa Saúde na Escola (PSE) no município de Novo Hamburgo/RS. Trata-se de análises realizadas a partir de uma imersão exploratória no campo de pesquisa, com o objetivo de conhecer o campo de investigação e descrever as principais práticas de funcionamento do grupo. Para isso, adota-se a técnica da observação participante para acompanhar cinco reuniões do grupo, ocorridas nos meses de maio/junho de 2016. As discussões, bem como os dados descritivos dos encontros, foram registradas em diário de campo. A problematização que percorre este estudo piloto, aborda as relações entre protagonismo juvenil e políticas públicas, indagando quais as evidências de protagonismo juvenil entre os jovens que frequentam o grupo Jovens Multiplicadores? Interessa identificar as ações desses jovens que evidenciam protagonismo.

Juventudes

Dados do IBGE, apresentados em 2012, afirmam que 26,9% da população brasileira é formada por jovens. Deste número, cerca de metade vive a realidade do desemprego e, em algumas situações, da pobreza ou da extrema pobreza. O mapa da violência, coloca o homicídio como principal causa da morte de jovens no país, sendo que 70% das vítimas são jovens negros e do sexo masculino (PONTES, 2016).

No entanto, o termo juventude, hoje, remete a múltiplas e variadas formas de compreensão sobre sua representação, significado e, inclusive, acerca do período etário que ela contempla. Por isso, importa refletir sobre a juventude foco do presente estudo, partindo do entendimento de que a própria história dessa juventude pode contribuir significativamente com o estudo sobre as políticas públicas voltadas para essa população.

A complexidade do termo e de suas definições estão presentes nos registros da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que ressaltam o quanto ainda permanece uma

[...] tarea compleja, tanto para el mundo académico como para los gobiernos, delimitar una categoría de juventud que permita establecer cual es son los límites de esta etapa de la vida y como visibilizar sus particularidades sociohistoricas y necesidades (CEPAL, 2004, p. 290).

No entanto, o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA, 2010) determina que a juventude contempla o período entre os 15 e os 24 anos.

No Brasil, o Estatuto da Juventude, aprovado em 2013, afirma que essa fase vai dos 15 aos 29 anos, sendo um período, no entanto, dividido em três fases. Dos 15 aos 17 anos são considerados jovens adolescentes, dos 18 aos 24 são jovens e dos 25 aos 29 anos são os jovens adultos. Registra-se que os sujeitos participantes na pesquisa são de 12 aos 18 anos, ou seja, o grupo é composto por adolescentes e jovens adolescentes. Contudo, ressalta-se, de acordo com Flores (2016), que é preciso ultrapassar os limites rígidos e totalizantes que as questões biológicas representam isoladamente, sendo extremamente importante a compreensão das questões sociais e contingenciais que delimitam esse período.

Entende-se que a juventude se encontra em um estado de limiaridade social, na busca por autonomia num mundo cujas regras e valores não foram totalmente assimilados ou recusados (FLORES, 2016). Groppo (2015) corrobora com essa ideia especificando que é um período de transição linear para a vida adulta, e, ao mesmo tempo, um momento de vida no qual se efetiva uma socialização como obra das gerações mais velhas que integra o sujeito jovem em uma estrutura social consolidada. Essa que, ao mesmo tempo, fortalece a moratória social como direito à sexualidade, ao consumo e à participação.

Conforme Abramo (2008), a história social da juventude demonstra que, no transcorrer de muitos anos, essa fase foi compreendida enquanto um “vir a ser”, na qual o indivíduo encontrava-se em uma situação exclusiva de transitoriedade, não sendo reconhecido como um sujeito de direitos. A autora citada defende ainda que somente em meados do século XX, surgiu a juventude, sendo compreendida como um tempo a mais de preparação, sendo essa realizada na escola, representando a ruptura temporária dessa com o mundo produtivo, o desencadeou o reforço do tempo livre das

obrigações de trabalho e o tempo na escola enquanto dois elementos centrais para definição da condição juvenil.

O conceito juventude, começou a ganhar visibilidade após a II Guerra Mundial, com a conquista pelos jovens de atuação em diversas áreas como ciência, igreja, sociedade, mídia e mercado. No transcorrer desse período, até os dias atuais, percebe-se uma profunda mudança de concepção acerca dessa temática, promovendo transformações, inclusive vinculadas à representatividade dos jovens, percebendo-os em sua importância como sujeitos sociais. Nesse sentido, são considerados tendo por base o lugar social que ocupam, por exemplo, 'o estudante' 'o delinquente', 'o músico'. Para mais, o sujeito jovem, a partir dos estudos, é um ser humano aberto ao mundo com desejos, e em relação com os demais, um ser único. Com isso, foi se fortalecendo a importância da participação dos jovens na sociedade como processo de reconhecimento de si enquanto sujeitos (PERONDI, 2013).

Distintamente de outros países da América Latina, no caso brasileiro, as ações desencadeadas pelas agências das Nações Unidas a partir do Ano Internacional da Juventude, em 1985, tiveram pouca repercussão na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para esse grupo social (IPEA, 2010).

Contudo, antes mesmo do lançamento das ações das Nações Unidas em 1985, o Brasil já registrava, em sua história, um caminho de assistência e proteção (punição) aos adolescentes, mais especificamente aos de classe baixa, considerados infratores. Na verdade, desde o período colonial, esse tipo de abordagem já era direcionado aos jovens, geralmente sendo exercida pela igreja. No entanto, foi com o Código de Menores de 1927 que se iniciou a trajetória legal específica para esse público. Depois desse, foi elaborado o Código de Menores de 1979, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 e a proposta do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), em 2006. Esse último, criado para atender às demandas legais voltadas para o atendimento socioeducativo previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Por fim, segundo Correia Júnior (2013), a trajetória legal voltada para essa temática conta ainda com o desenvolvimento do Estatuto da Juventude em 2013, criado para suprir os direitos dos jovens, bem como, os princípios e as diretrizes das políticas de juventude o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

Faleiros (2011) destaca que, no ano de 1920, foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à infância, sistematizando a discussão sobre esse assunto. Em 1921, o governo autorizou a criação e implementação de políticas de proteção e assistência ao menor. Esse é um aspecto que merece atenção no presente estudo, pois, conforme Oliveira e Assis (1999), o termo "Menor" surgiu representando, não apenas a menoridade, mas a marginalidade percebida, também em situações de abandono e na prática de delito. Essa percepção assinava o prognóstico de risco crime para o abandono, sendo, sobre esse, permitida a total intervenção policial.

Nesse período havia uma clara distinção entre a criança rica e a criança pobre, entre a infância e o menor. Sendo compreendida como os filhos da classe dominante, a infância e a juventude eram acompanhadas no seu núcleo familiar, tendo direitos amplos à escola, lazer, brincadeiras, respeitando suas leis específicas (sem interferência do estado) e tendo como foco principal seu desenvolvimento para que futuramente dirijam a sociedade. Ao contrário, os menores eram as crianças e adolescentes pobres, também reconhecidos como representantes de uma classe perigosa, por isso, sendo foco direto das leis e do estado, enquanto sistemas de controle especial e punitivos. Nesse sentido, a própria educação se diferenciava por dirigir aos menores, ações representativas de uma profunda instrumentalização para o trabalho (FALEIROS, 2011).

Ainda conforme o mesmo autor, o Código de Menores de 1927 foi um regulamento de assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes, adolescentes pobres. Essa assistência tinha como foco principal corrigir comportamentos indesejados socialmente (pela classe dominante). Com ele, a simples repressão transforma-se em segregação, pois o estado afasta os jovens da convivência familiar, por meio da internação em locais, agora, considerados inadequados. Novamente retoma-se a visão higienista, no intuito de evitar ou prevenir que a conduta desses jovens contamine os filhos da classe dominante. “O Código de Menores de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva e moralista” (FALEIROS, 2011, p. 47).

Outro aspecto legal que reflete a compreensão do termo juventude e as políticas a ela direcionada foi a criação, no ano de 1941, durante o governo de Getúlio Vargas, do SAM – Serviço de assistência ao Menor, com poder para gerenciar de forma ampla o atendimento em regime de internação. Sua presença deu início à centralização na área. E, ainda que seu surgimento tenha sido sob o discurso de mudar esse atendimento, isso não se efetivou, pois foram repetidas as práticas antes existentes. Foi com a extinção do SAM que esforços foram dedicados, e é criada a FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do menor. Assim como nas FEBENS, é amplamente reproduzida a rigidez dos programas anteriores.

Inseridos nesse cenário, os jovens na década de 60, eram considerados protagonistas em questões políticas, culturais e nos conflitos de gerações. Já na década de 70, devido à crise econômica, os jovens foram vistos na busca de inserção no mercado de trabalho. E, de acordo com Correia Junior (2013), justamente nesta década, mais especificamente em 1979, foi lançado outro Código de Menores, novamente mantendo ou suspendendo a medida no prazo máximo de dois anos. Além disso, sabe-se que, nessa época, o código previa também o encaminhamento dos jovens para prisões voltadas à adultos. Percebe-se, nesses relatos, que o atendimento destinado à adolescência e sua própria definição e representação assume o estado de situação irregular, ou seja, fora da situação de normalidade.

O contexto passa a ser modificado, quando, em 1990, a nova política de reconhecimento social do jovem e das suas diferentes formas de se relacionar com a comunidade é lançado: o Estatuto da Criança e do Adolescente. O adolescente passa de sujeitos de deveres para sujeito da Doutrina de Proteção integral. Essa mudança enfatiza a pluralidade, sugerindo o termo juventudes como forma de retratar as diferentes configurações de “juventude” na sociedade contemporânea (DORNELLES; PANOZZO; REIS, 2016). Mas, apenas em 2010, com a criação da PEC da juventude, como proposta da emenda constitucional, as juventudes tiveram sua inserção oficial no capítulo de direitos e garantias fundamentais na constituição federal. Complementado pelo Plano Nacional da Juventude, que determinou incorporar integralmente os jovens no desenvolvimento do país, e a recente aprovação do Estatuto da Juventude em 2013 (FLORES, 2016).

Segundo Rodriguez (2015), o reconhecimento da pluralidade ou da multiplicidade de juventudes nasceu dos estudos sobre subjetividade juvenil nas novas gerações a partir da década de 90. Nesse período, também ganharam destaque novas expressões juvenis como o movimento hip-hop, que contempla a arte do grafite, da música “rap” e da “break” dança. Essa pluralidade se distinguiu nas dimensões gênero, cor de pele, classe social, local de moradia, cotidiano e projetos futuros. No entanto, percebe-se que a narrativa histórica do ser jovem ainda é universalizante. Cada jovem pode reinterpretar à sua maneira o que é ser jovem no seu tempo, na relação com a família ou com outras juventudes. É justamente na diversidade que os jovens se afirmam e são chamados a assumirem o seu protagonismo.

Protagonismo juvenil

Para Klein (2004), propor seres protagonistas é formar para a cidadania-participativa. Cidadania que visa comprometer o jovem com sua realidade e despertar nele o potencial transformador. Outros teóricos do protagonismo juvenil afirmam que o jovem só poderá se tornar cidadão, na medida que tomar conhecimento da sua realidade social e comunitária. Porém, não apenas ter contato com a realidade, mas compreensão das relações que constituem essa realidade.

Nas políticas públicas, ao defender o protagonismo juvenil, atualmente há o reconhecimento da pluralidade desse público, que pode ser percebido já pela referência ao termo juventudes em seus textos. Assim, esses grupos de jovens, dos mais diversos, comprovam as especificidades na juventude e as profundas diferenças entre os agentes que a compõe. Fraga e Lulianelli (2013, p. 11) contextualizam que

Afirmar a polifonia e a multiplicidade das juventudes e de suas interpretações, sua construção pluralmente arquitetada e empreendida em diversas formas de organização social. Afirmar essa pluralidade é reconhecer que nela estão embutidos fortes elementos de exclusão social e o desafio

da conquista da cidadania. A questão da cidadania está cada vez mais vinculada ao processo pelo qual a sociedade reconhece os direitos dos mais jovens.

Dessa forma, o tema da juventude participa da pauta das políticas públicas, segundo Flores (2016), desde os últimos quinze anos devido ao crescimento da violência. Entra nas prioridades das políticas públicas como parte da questão social. Forma-se uma gama de iniciativas em torno da realidade juvenil por parte de entidades de terceiro setor, prefeituras e âmbito federal.

No caso do grupo Jovens Multiplicadores, a noção de protagonismo juvenil, também presente no PSE, entende o jovem como ator principal de sua vida e visa dar condições para que isso aconteça. Porém, há que se considerar que o protagonismo quando efetivo, impacta o entorno no qual vive o sujeito, no caso dos jovens, sua comunidade.

Política pública Programa Saúde na Escola (PSE)

Conforme referido anteriormente, as políticas públicas voltadas para as juventudes reúnem um conjunto de ações descritas em diversos programas. Dentre eles, nesta seção, será discutido o Programa de Saúde na Escola (PSE). A atenção à saúde das crianças, adolescentes e jovens é pautada por orientações de documentos específicos como os estatutos e planos de educação. Tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto o Estatuto da Juventude trazem, em suas diretrizes, orientações para formulação de Políticas Públicas de atenção à saúde desses grupos populacionais. O Estatuto da Juventude, no art. 20, que corresponde à seção do direito à saúde, enfatiza a necessidade de “desenvolver ações articuladas entre os serviços de saúde e os estabelecimentos de ensino, [...] com vistas a prevenção de agravos” (BRASIL, 2013, p. 30). O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2015, p. 29), por sua vez, traz dentro da meta 7, a orientação de “universalizar, mediante articulação entre órgãos responsáveis pelas áreas de saúde e educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública por meios de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde”.

Conforme o Decreto Presidencial n.º 6.286, de 5 de dezembro de 2007, as diretrizes do Programa Saúde na Escola/PSE (BRASIL, 2007) apontam para um novo desenho da Política de Educação na Saúde, destacando o modo de tratar a saúde dos alunos de forma mais ampla – para formação da cidadania e usufruto dos direitos humanos –, buscando promover a articulação dos saberes entre alunos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral. Como diretriz para implementação sugere “integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde, territorialidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade, integralidade e controle social” (BRASIL, 2007).

Dentre os objetivos do PSE, chama atenção o propósito, em contribuir para a “para a formação integral de educandos; contribuir para a construção

de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos, fortalecer o enfrentamento de vulnerabilidades que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar e fortalecer a participação comunitária” (BRASIL, 2007).

O PSE é dividido em áreas temáticas de ação, como avaliação clínica e psicossocial, ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos, promoção de alimentação saudável, promoção de atividade física, educação para a saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, promoção da cultura de paz e prevenção da violências e acidentes (BRASIL, 2007).

Através do pacto intersetorial entre os Ministérios de Saúde e Educação, o PSE deve ocorrer em todos os níveis de governo, municipal, estadual e federal. Suas ações devem acontecer principalmente entre as Unidades de Saúde da Família (USF), a escola e a comunidade do entorno. Esses órgãos devem seguir o planejamento pactuado, para realizarem a atuação nas escolas. Os eixos que devem ser trabalhados com os jovens adolescentes fazem parte de uma das áreas temáticas do plano e visam a saúde integral do sujeito, descrevendo as ações que os municípios e/ou estado devem assumir. O primeiro eixo se refere à avaliação clínica e psicossocial, avaliação nutricional e avaliação de saúde bucal. O segundo sugere ações como estimular a participação dos alunos (crianças, adolescentes e jovens) nas decisões do cotidiano da escola para reforçar o protagonismo juvenil. Sugere também ações para estimular a promoção da saúde na escola, como possibilidades de reduzir as vulnerabilidades como o uso de drogas, redução de sedentarismo, prevenção de DST's e intervenção sobre a violência (BRASIL, 2007).

O conceito de promoção da saúde na escola se concretiza nas ações de alimentação saudável, atividades físicas, educação para saúde sexual e reprodutiva (segue as propostas do PSE), prevenção do uso de álcool e drogas, promoção da cultura de paz e prevenção das violências e acidentes. O terceiro eixo do plano de ação contempla a formação dos profissionais de saúde, educação e de jovens adolescentes. Quanto ao quarto eixo, esse destina-se ao monitoramento e à avaliação da saúde dos estudantes, realizando periodicamente inquéritos e pesquisas nacionais e regionais sobre fatores de risco e proteção à saúde dos mesmos. Duas pesquisas maiores são utilizadas para a avaliação: a Pesquisa Nacional da Saúde Escolar (PeNSE), aplicando questionários aos adolescentes do 8º ano; e a Pesquisa Nacional do Perfil Nutricional e Consumo Alimentar dos Escolares, realizada pelo FNDE com crianças de 6 a 14 anos¹ (BRASIL, 2007).

Finalmente, o quinto eixo refere-se ao monitoramento e avaliação do programa, visando estabelecer, junto às instituições dos estados e municípios, indicadores de avaliação do PSE. Nesse eixo, encontram-se os passos para elaborar a adesão: enviar formulário com intenção de adesão com prazo de 30 dias após a publicação da portaria e criar um grupo de

¹ Cabe salientar que os resultados das pesquisas acima mencionadas não estão disponibilizados.

trabalho intersetorial para elaborar o plano do PSE. Nesse plano, devem constar diagnóstico situacional; mapeamento das redes de escolas e rede SUS, atribuições das responsabilidades das USF e escolas; identificação de cada instituição de ensino atendida pelo programa PSE; programa das atividades que deverão ser incluídas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. O plano deverá ser apresentado ao Conselho Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de Educação para aprovação (BRASIL, 2007).

Depois de aprovado pelos Conselhos, o grupo de trabalho intersetorial elabora e firma o termo de adesão que deve ser encaminhado à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para implantação e operacionalização no SUS. Assim, o Ministério de Saúde encaminha ao Ministério da Educação que homologa e repassa os insumos. Os documentos relativos ao termo de adesão e a manifestação de interesse ficam disponíveis no site do ministério da saúde (BRASIL, 2007). No entanto, ao visitar o site do Ministério da Saúde observa-se que, desde 2016, esses documentos não estão sendo mais disponibilizados, o que aponta para uma provável extinção da política em nível nacional, restando aos estados e municípios assumirem, ou não, de forma local, o prosseguimento da política.

No município de Novo Hamburgo, por exemplo, a nova gestão municipal, eleita em novembro de 2016, está, neste momento, repactuando essa política pública. Não obstante, ainda não foram disponibilizados maiores detalhes sobre como serão realizadas as ações do PSE nesta nova fase. Contudo, com o intuito de buscar os antecedentes dessa política no município de Novo Hamburgo, destaca-se que, desde 2005, existia o projeto Saúde e Prevenção na Escola (SPE). O SPE de esfera federal era uma política voltada especificamente para prevenção e orientação de sexualidade reprodutiva, voltada para os adolescentes das escolas municipais. Suas ações consistiam basicamente na formação dos profissionais da saúde e educação a fim de realizarem o trabalho nas escolas.

Interessante registrar que em 2010 foi implantada a Caderneta do(a) Adolescente, que já continha todas as orientações presentes no Decreto nº 6.286/2007 (BRASIL, 2007), que implantou o PSE no Brasil, seis anos antes da política ter sido pactuada no município. Também vale ressaltar que, em 2012, houve a formação do primeiro Grupo de Jovens Multiplicadores no município, antecipando em um ano o que viria a ser implantado no município. Em vista disso, em 2013, a pactuação do PSE no município incorporou o SPE, cuja diferença entre as políticas está não apenas na ampliação das ações e do público alvo, como, principalmente, no foco em saúde integral, visando atingir todos os alunos da rede.

Desse modo, o PSE vem desenvolvendo, em Novo Hamburgo, ações junto a nove escolas da rede municipal, em articulação com nove Unidades Básicas de Saúde (UBS), visando integrar as políticas setoriais numa nova Política de Educação em Saúde. Os objetivos específicos da política vertem-se na formação para a cidadania, garantia de direitos, atenção à saúde integral das

crianças, adolescentes e jovens. Também objetiva articulação de saberes entre profissionais, pais e comunidade na construção e controle social da política.

O “Grupo Jovens Multiplicadores” (GJM), constituído desde 2012, está composto por vinte jovens, de doze a dezoito anos, estudantes de escolas públicas municipais e estaduais², recrutados pelo Grupo Gestor (GG) com a finalidade de executar as ações de disseminação das propostas do programa. A participação desses jovens no grupo se dá por meio da divulgação do projeto para coordenadores/as e orientadores/as pedagógicos/as das escolas. Assim, cabe às escolas, indicar ao GG, possíveis membros. Outra forma de participação ocorre por meio de convites efetuados entre os próprios jovens, sendo que o tempo de pertencimento ao grupo é anual.

Do ponto de vista da sua atuação, o GJM representa uma estratégia do PSE, a fim de atingir os jovens adolescentes, nesse sentido, as escolas interessadas efetuam convites diretamente ao GJM. Esse convite pode ser efetuado tanto por escolas municipais, quanto estaduais, por outro tipo de grupo ou até mesmo por eventos de interesses afins. Finalmente, os encontros de formação do GJM acontecem uma vez por semana, obedecendo a uma programação pré-estabelecida pelo GG.

Aproximação dos sujeitos

Para participar dos encontros do grupo visando conhecer e identificar as possíveis evidências de protagonismo juvenil a partir do seu interior, retomase Laville e Dionne (1999) quando recomendam a decisão pela observação participante. Desse modo, no âmbito do presente trabalho, adota-se a abordagem metodológica qualitativa, com predominância da etnografia, aqui considerada como um método global de ir ao campo, caracterizado como uma “postura” etnográfica. Assim, o trabalho foi elaborado através do olhar etnográfico sobre o grupo de jovens multiplicadores por meio da associação da prática de conversação – o diálogo etnográfico como dispositivo – e da observação participante. A técnica de observação participante prevê que o observador tenha conhecimento e participação efetiva na vida do grupo, podendo inclusive, até certo ponto, tornar-se membro do próprio grupo (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Nesse propósito, ocorreu a participação em cinco encontros ocorridos no período compreendido entre os meses de maio a junho de 2016, sendo que cada um dos encontros teve duração média de três horas, totalizando 15 horas de material de campo. As discussões bem como os dados descritivos foram registrados em diário de campo. Os dados obtidos foram organizados tomando como critério a observância fidedigna aos temas definidos pelo

² Os jovens integrantes do GJM pertencentes às escolas estaduais acima mencionadas constituem um fato isolado, porque originalmente, quando passaram a integrar o grupo, estavam matriculados em escolas da rede municipal. Posteriormente, por razões diversas, se transferiram para a rede de ensino estadual, mas optaram por permanecerem integrando o grupo.

Grupo Gestor, o qual é responsável pela execução do PSE no município.³

Os encontros do Grupo Jovens Multiplicadores (GJM) acontecem semanalmente, no pólo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) localizada no centro do município de Novo Hamburgo. Participam do grupo 20 jovens (11 meninas e 9 meninos), que geralmente é organizado em círculos com objetivo de proporcionar maior participação dos membros nos assuntos debatidos. Porém, pode-se observar que as posturas dos jovens são semelhantes às aquelas apresentadas na rotina de sala de aula com características formais. Os encontros são preparados de acordo com o plano de execução anual pensado pelo Grupo Gestor (grupos que planeja as ações do PSE nas escolas). Esse grupo utiliza conteúdos e acredita que os assuntos estejam de acordo com a realidade dos jovens presentes nos encontros, mas revelam uma visão generalista do conceito adolescência/juventude. As pessoas convidadas para trabalharem com os jovens assumem a postura de professor que ensina, e os jovens devem escutar e responder seguindo a ordem de obediência. Muitas vezes, é pedido o silêncio para voltar à ordem da sala. O formato dos encontros não reconhece a espontaneidade e criatividade do grupo, trazendo formas prontas de trabalhar os temas pertinentes ao programa.

Percebe-se, nas falas, que muito se trata de adolescência e juventude para o grupo, como se tivessem a verdade sobre o que é certo ou errado, sobre viver e ser, nesta época da vida. Isso demonstra a ausência de espaços realmente direcionados à escuta do jovem, pois não se fala com os jovens e a partir deles, mas para eles. Em resumo, o que se percebe é que o planejamento para os jovens e não com eles. Além do mais, nota-se que os encontros são permeados de verdades prontas e de naturalização do que é ser jovem ou não na concepção adulta.

Durante os encontros, a caderneta feminina e masculina do adolescente, é usada para esclarecer dúvidas do grupo. O conteúdo da caderneta reafirma os eixos da política pública, de forma mais ilustrativa e colorida para alcançar o público jovem. Os eixos centrais estão em torno da sexualidade, violência, uso de álcool e drogas. Em torno da sexualidade, os temas salientados são gravidez, métodos de prevenção e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) como forma de controle da vida do sujeito. Os jovens adolescentes trazem no grupo a dificuldade que seus professores têm em trabalhar a caderneta com a turma, sendo em muitos casos, constrangedor para o educador. Reconhecem que falta naturalidade de ambas as partes para falar do assunto, pois sofrem forte influência do tabu social que essa questão envolve.

A proposta de protagonismo juvenil parece diferente da proposta por Klein (2004) de cidadania – participativa, mas de treinamento de seres dóceis, obedientes a proposta do grupo. Pois, não há crítica do entorno que os jovens vivem, mas consciência do trabalho que devem realizar. Não há reflexão ou possibilidade de se pensar no jovem inserido em um círculo

³ Embora o grupo gestor tenha autonomia para definir os temas abordados junto ao grupo de jovens. Esses devem estar de acordo com os eixos estabelecidos na política.

de dominação do sistema, muito menos nas formas de se romper com esse círculo ou as consequências que essa dominação pode gerar. Percebe-se, em contrapartida, a mudança do jovem que poderia até se apresentar como ativo para um ser passivo e dócil frente ao sistema.

Salvo algumas vezes que o grupo se manifestou diante dos temas atuais como a ocupação das escolas - ocorrida neste ano no município e como se sentem em relação à ditadura da beleza - quando seus corpos estão em transformação -, no geral, a participação ativa era reduzida. Ressalta-se, que, nesses casos, houve claro rompimento do investimento no protagonismo juvenil, pois o primeiro tema foi logo podado pela coordenadora do grupo e ao segundo não foi dada a devida atenção. Sobre gravidez na adolescência, o grupo tem uma jovem que é mãe. Assim, defende-se a ideia de que seria importante analisar como ela se sente em relação ao grupo, principalmente diante da constatação de que, por inúmeras vezes, é repetido que isso não é uma culpabilização do adolescente pelo ocorrido.

Outra questão levantada espontaneamente no grupo é a visão política que alguns expressaram. Eles também partilham a dificuldade de falar sobre o tema com seus pais, pois acreditam que muitos pais querem que os filhos aprendam sozinhos ou com ajuda de outros amigos. Dessa forma, a escola ou seus grupos de convivência tornam-se lugares onde os jovens se sentem seguros para trazer suas dúvidas.

Algumas questões levantadas revelaram o reconhecimento que os jovens adolescentes têm da fase que vivem. Quando questionados por uma das coordenadoras, sobre o momento que começaram a sentirem-se adolescentes, alguns logo falaram 'ter opinião própria, sair sozinha de ônibus, sair com amigos, primeira menarca'. Essa fala traz o início do processo de autonomia de começar a perceber-se como sujeito de escolhas além da família.

Em um encontro, foi tratado o tema da violência doméstica e, em outro encontro, o *bullying* sofrido na escola. Os alunos demonstraram certa naturalidade ao falar do assunto e os exemplos trazidos pelas coordenadoras dos encontros pareciam distantes da realidade dos jovens, pois eles próprios traziam exemplos trágicos das experiências vivenciadas muitas vezes por eles mesmos.

Ao abordar o tema de projeto de vida com o grupo, observa-se que o mesmo não parece pertinente à fase de vida em que os jovens se encontram, tendo em vista a observação de algumas falas que surgiram no grupo, mas que, no entanto, não pareciam deles. Tais como: "adolescente não sabe o quer, como vai ter ou querer um filho?", "na vila pode sair traficante ou juiz, depende das escolhas que se faz". Essas falas atrelam as escolhas como responsabilidade única do sujeito, sem considerar o lugar social que ocupa ou estimulados a pensar além do que falam.

O grupo reconhece e fala da divisão de gênero existente nas suas famílias e fortalecido na sociedade, como a questão: O que se espera do homem? "Que ele seja homem? "; "O que se espera da mulher?" "Que ela não transe". Essas falas afirmam o ressentimento das meninas no grupo

ao serem pressionadas pela família por comportamentos que não são os desejados por elas.

Assim, as falas dos membros do grupo, em muitos casos, foram destoantes dos temas centrais propostos. Percebe-se que os jovens tinham necessidade de falar de seus anseios, mesmo que não tenham sido compreendidos em muitos momentos pelas pessoas que estavam conduzindo os encontros. Os pedidos de silêncio, de retornar ao tema, os silêncios de alguns que falavam pelo olhar, o barulho excessivo foram expressões de realidades não ditas.

Considerações finais

Esse trabalho buscou apresentar as análises iniciais de um projeto de imersão no GJM. As visitas ocorridas no período referido serviram como referência para a problematização da política pública PSE. Nesse sentido, os dados demonstram que as ações desenvolvidas não se aproximam dos conceitos de protagonismo juvenil tal como descrita na proposta da política pública. Essa constatação decorre da forma como o grupo gestor vem conduzindo os encontros, como espécie de treinamento, cujo formato dos encontros é o mesmo nos últimos anos.

A política pública não se renova a cada ciclo geracional de juventudes, ela mantém mesmo formato e eixos de formação. Essa prática pode estar trabalhando com conceito universal de juventudes, sem considerar as especificidades da juventude local, o que pode ser percebido nas falas dos jovens que, em alguns momentos, apontavam para outros temas, completamente diferentes dos propostos no programa:

O grupo sente os reflexos dos imperativos da sociedade, como padrões de beleza, questões de gênero, dificuldade de conversar com a família, violências sofridas, realidade do tráfico na periferia que moram. A vida do jovem adolescente é desafiadora e divertida ao mesmo tempo. Percebem as dificuldades que a sociedade do seu entorno traz, mas sabem se divertir com as pequenas oportunidades que são concedidas, como encontro com os amigos, o encontro na escola, o passeio no shopping, o acesso à internet, games e à televisão. A partir desse estudo piloto, pretende-se dar continuidade à problematização dessa temática, por meio da elaboração do projeto de dissertação, no qual, dentre outras estratégias, prevê aproximar-se do Grupo Gestor do programa, além de acompanhar a atuação dos jovens nas escolas municipais no momento em que os jovens multiplicadores estarão trabalhando com outros jovens.

Referências

ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 37-72.

BRASIL. Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e

dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 ago. 2013. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Decreto Presidencial n.º 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa saúde na Escola. Brasília/DF, Dez 2007. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6286.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE), 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências – 2 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 193). **Livraria Câmara**. Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/educacao/plano-nacional-de-educac-o-2014-2024.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. A juventude em iberoamérica: Tendencias y urgencias. Santiago/Chile: CEPAL, 2004. **Repositório CEPAL**. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/discover?query=La+juventud+en+iberoamerica+tendencias+y+urgencias>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

CORREIA JUNIOR, Carlos. **O Estatuto da juventude**: um estudo sobre limites e possibilidades da nova lei para políticas públicas da juventude. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Pólo universitário Rio das Ostras, 2013.

DORNELLES, Aline Espindola; PANOZZO, Vanessa Maria; REIS, Carlos Nelson da. Juventude latina-americana e mercado de trabalho: programas de capacitação e inserção. *Rev. Katálysis*, 2016, v. 16. n. 1, p. 81-90. **SciELO**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802016000100081&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 6 out. 2016.

FALEIROS, V. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das Políticas Sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 47-98.

FLORES, Helen Rose Flores de. A pesquisa e as redes de colaboração sobre juventudes nos programas de pós-graduação de educação na região sul do Brasil. **Lume UFRGS**, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/139113/000990118.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atilio Silva. **O tempo real dos jovens**: juventude como experiência acumulada. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

GROPPO, L. A. Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Colombia, v. 13, n. 2, p. 567-579, jul./dic. 2015. **Redalyc**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77340728002>>. Acesso em: 6 out. 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Ipea**. 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

KLEIN, Bianca Larissa. Protagonismo juvenil e cidadania: uma proposta pedagógica burguesa. **Acervo digital UFPR**. 2004. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/6024/BIANCA?sequence=1>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual da metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFGM, 1999.

LULIANELLI, Jorge Atilio. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: Impresses Brasil, 2003.

OLIVEIRA, M. B.; ASSIS, S. G. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. **Cad. Saúde Pública**, v. 15, n. 4, p. 831-844, 1999.

PERONDI, Mauricio. Narrativas de jovens: experiências de participação social e sentidos atribuídos a suas vidas. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013. **Lume UFRGS**. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72693/000885296.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PONTES, Reinaldo Nobre. Juventude (s) e políticas públicas. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 9-10, jun. 2016. **Scielo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000100009>. Acesso em: 6 out. 2016.

PRODANOV, Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUEZ, Ernesto. A modo prólogo: estúdios sobre juventudes em América Latina. In: RODRIGUEZ, Ernesto; ALVARADA, Sara Victoria; RAMIRES, Camilo. **Juventudes latinoamericas: práticas socioculturales, politicas y politicas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 218, 2015.

UNFPA - Fundo de Populações das Nações Unidas. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento**. 2 ed. Brasília: UNFPA, 2010.